



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P A R E C E R

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Lei nº 50/2021, de autoria da Vereadora Anice Gazzaoui, que “Estabelece como essencial para a população de Foz do Iguaçu, em situações de calamidade pública, de emergência, de epidemia ou pandemia, os serviços e atividades ligadas ao Turismo e à Gastronomia”.

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica desta Casa, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

“...

Basicamente, este departamento entende que a sugestão legislativa de reconhecer como essencial a atividade desenvolvida pelos serviços relacionados ao turismo e à gastronomia se mostra dotada de interesse público, tendo em vista a natural vocação do município para essas áreas, o que o faz sentir a necessidade de procurar proteger esses setores em momentos de crise, como a que vivemos neste momento.

Há evidente preocupação das autoridades e da população em geral de buscar-se sempre a melhoria das condições para enfrentamento das dificuldades criadas pela pandemia, o que inclui a análise da legislação municipal direcionada às entidades, empresas e organizações existentes na cidade.

Por oportuno, devemos destacar também que o interesse público na iniciativa se manifesta no aspecto da quantidade expressiva de pessoas envolvidas nas atividades objeto da matéria proposta.

...



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Outro ponto importante que merece ser observado é que a discussão sobre a restrição às atividades de turismo e gastronomia, em razão da pandemia, possui embasamento na saúde pública, que, pelo nosso sistema constitucional, encontra-se hoje municipalizada, como todos sabemos. Por isso, o município carrega evidente carga de legitimidade legislativa para estabelecer regras para a área da saúde, o que incluiria a regulamentação da atividade de turismo e gastronomia.

Com base neste raciocínio, este departamento entende que a proposta legislativa na área da saúde, de origem parlamentar, se mostraria dotada de legitimidade.

...

Neste período de pandemia percebemos ainda mais a ação dos entes locais na execução das ações públicas de saúde, o que pode ser notado através da utilização da estrutura hospitalar e do trabalho dos profissionais da área.

Dentro deste quadro de ações, o poder executivo, por sua vez, sempre agiu emitindo normas direcionadas ao controle e diminuição dos efeitos da pandemia (por leis e decretos), sendo jamais questionado a respeito da sua capacidade legislativa para tanto.

Assim, se o executivo não é questionado em sua capacidade para emitir normas de saúde, o poder legislativo também não pode ser tolhido em sua iniciativa de sugerir regras direcionadas à área da saúde coletiva.

...

Além da capacidade como poder governante e legislativa própria, não devemos esquecer também a competência suplementar do poder legislativo (arts.30, II, CF e 4º, II, LOM), que garante a si a faculdade de agir nas hipóteses de ausência



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

de legislação superior, o que é o caso da matéria proposta neste projeto de lei, que busca declarar como essencial as atividades vinculadas ao turismo à gastronomia nesta cidade.

Dentro desta conjuntura jurídica, entende este departamento que o legislativo deve ser reconhecido como poder capaz de corroborar para a melhoria das ações públicas na área de saúde, debatendo, discutindo e propondo normas relativas à matéria da saúde.

...

Dentro do espírito da harmonia entre os poderes (art.2º, CF), além do sistema de freios e contrapesos entre os mesmos, devemos fazer com que seja garantido ao legislativo a capacidade de também propor ações sobre a matéria de saúde, exercendo com firmeza a sua função de poder governante (art.7º, LOM).

Não há hierarquia entre o executivo e o legislativo, mas equilíbrio e harmonia entre os mesmos (art.2º, CF), o que induz à conclusão que o poder deve ser exercido de forma racional e equivalente.

...

Ausente qualquer infração às normas de cunho formal e material, parece-nos indubitosa a legalidade deste projeto de lei.

Importante observar que a conclusão de legalidade acima não envolve o exame acerca da conveniência e oportunidade política da proposição, questão que diz respeito ao mérito do projeto, que será analisada propriamente pelos dignos parlamentares desta casa.

...

Isto posto, conclui-se a digna relatoria que o presente projeto de lei (PL nº50/2021) se mostra



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

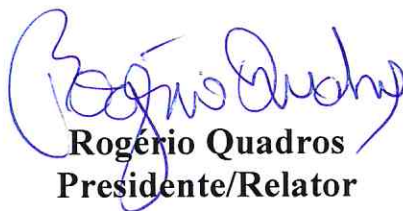
ESTADO DO PARANÁ

legal sob o ponto de vista formal e material, em razão de que a proposta legislativa não ofende o ordenamento jurídico nacional, mas, ao contrário, mostra-se ajustado ao que estabelecem especificamente os artigos 4º e 7º, da Lei Orgânica Municipal, além do artigo 2º e 30, incisos I e II, da Constituição Federal.

..."

Assim, após a análise da Matéria, não havendo impedimento ao seu trâmite regular e em vista das considerações apresentadas pela Consultoria Jurídica, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 50/2021.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2021.


Rogério Quadros
Presidente/Relator


Dr. Freitas
Vice-Presidente

/fb


Anice Gazzaoui
Membro